

A Extensão Universitária como Instrumento de Cidadania, Organização Comunitária e Desenvolvimento Sustentável

Área Temática de Direitos Humanos

Resumo

Este trabalho apresenta resultados de ações de extensão junto ao Conselho de Desenvolvimento Comunitário do Coroadó – CDCC, Manaus-AM, em 2003/2004. Tais ações objetivaram contribuir para a conservação ambiental do bairro do Coroadó e para a melhoria das condições de vida de sua população, através do conhecimento mútuo - UFAM e CDCC, da reflexão sobre a realidade do CDCC e do seu entorno e, de ações para o fortalecimento daquela associação. Buscou-se o aprendizado participativo, democrático e valorizador do ser humano, de forma a contribuir para o engajamento e a participação crítica dos envolvidos, possibilitando ações de caráter multi, inter e transdisciplinares, bem como contribuindo para a articulação entre os saberes acadêmico e popular. Foram realizados estudos, levantamentos de campo, reuniões e oficinas de trabalho, além de serem desenvolvidos materiais educativos para suporte das atividades educativas, envolvendo professores, acadêmicos de Desenho Industrial, Direito, Administração, Engenharias Civil e Elétrica e diretores do CDCC. Tal metodologia fomentou reflexões, de modo integrado e participativo, sobre o meio ambiente do CDCC, com enfoque na estrutura organizacional, nas potencialidades x dificuldades e no estatuto, induzindo o fortalecimento dos vínculos comunitários, estimulando a identificação de oportunidades e de fragilidades e, buscando a solução dos problemas coletivos.

Autoras

Profa Annunziata Donadio Chateaubriand, MSc

Profa Ellen Barbosa de Andrade, Esp.

Profa Paula Pereira de Melo, Grad.

Instituição

Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Palavras-chave: extensão universitária; organização comunitária; desenvolvimento sustentável

Introdução e objetivo

Segundo o I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, a extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade. Portanto, como um processo que permeia o ensino e a pesquisa, integrando essas atividades, a extensão deve ser parte indispensável da rotina universitária, institucionalizando-se tanto do ponto de vista administrativo como da prática acadêmica (NOGUEIRA, 2000).

Por outro lado, a universidade tem o compromisso de inserir-se em ações que promovam e garantam valores democráticos, igualdade e desenvolvimento social, contribuindo para o resgate da cidadania, ao mesmo tempo em que priorizam atividades libertadoras da dependência econômica e valorizadoras dos aspectos culturais e sociais locais, e que conduzam ao desenvolvimento sustentável e à melhoria das condições de vida das populações.

No entanto, a melhoria da qualidade de vida de uma comunidade é resultante da utilização de diferentes instrumentos e estratégias convenientemente empregadas diante dos desafios sócio-ambientais enfrentados. A educação ambiental vem contribuir para a superação desses desafios, oferecendo aos participantes oportunidades para desenvolver uma sensibilização e uma reflexão sobre seus problemas sócio-ambientais, buscando soluções adaptadas às características locais, estimulando o engajamento e a participação crítica dos indivíduos nos modelos de desenvolvimento, além de contribuir para a construção de uma sociedade sustentável, ou seja, que promova a proteção, a recuperação e a melhoria do ambiente e das condições de vida de suas populações (CHATEAUBRIAND et al., 2003).

Para tanto, os processos educativos devem promover o aprendizado por meio da solução de problemas concretos, o “aprender fazendo”, aprender melhorando a própria condição de vida. Nesse processo educativo, os indivíduos, sem abrir mão dos conhecimentos acumulados pela humanidade, resgatam tradições e tecnologias apropriadas ao desenvolvimento e às realidades regionais (SORRENTINO, 2000). Nesse processo, a participação, o exercício coletivo, no qual todos são chamados a decidir sobre o seu destino como sujeitos coletivos, além de resgatar valores humanos como solidariedade, ética, respeito pela vida, responsabilidade, honestidade, amizade e democracia e de buscar a superação de seus problemas sociais, contribui para a construção da cidadania. É um processo complexo permeado de compromissos, riscos, lutas, ações e, sobretudo, de conquistas.

O bairro do Coroado, situado na zona Leste da cidade de Manaus-AM, se originou a partir de processos de invasão de terras, ocupando uma área pertencente ao Campus da Universidade Federal do Amazonas. Com características dos aglomerados urbanos originados a partir de processos desordenados de invasão, sua população tem carências e deficiências básicas, comuns a muitas outras comunidades, principalmente, em saúde, educação, nutrição, trabalho e saneamento. Ocupando habitações ora integrantes de conjuntos habitacionais, ora precárias e que, apesar de possuírem instalações hidro-sanitárias e elétricas estas, em sua grande maioria, são executadas de modo clandestino, dispendo o lixo, as fezes e a urina diretamente no ambiente, contaminando o solo e as águas adjacentes, superficiais e subterrâneas, vem contribuindo para a disseminação de doenças. Esse quadro, próprio de regiões com falta de planejamento urbano e falta de infra-estrutura adequada, aliado aos hábitos e costumes das populações amazônicas de ocuparem as margens dos igarapés, têm resultado na degradação de seus recursos naturais e no comprometimento das condições de vida de sua população. Neste contexto, a associação comunitária do Coroado, o Conselho de Desenvolvimento Comunitário do Coroado – CDCC, vêm sofrendo pressões da população local para interferir e/ou agir de modo a garantir melhores condições de vida para aquela população, ora desempenhando o papel do estado, ora desempenhando o papel do cidadão.

Portanto, as ações de extensão, atividade curricular de extensão “Nosso Ambiente”, dentro do Programa Universidade sem Fronteira da UFAM, e o projeto “Gestão Ambiental no Coroado - Manaus-AM”, desde 2003, vêm atuando junto à diretoria do CDCC, de modo a contribuir para a conservação ambiental do Coroado e para a melhoria das condições de vida de sua população, por meio: do conhecimento mútuo – UFAM e CDCC, de forma a que o diálogo pudesse ser estabelecido dentro das reais necessidades do CDCC e das potencialidades e limitações da UFAM; da reflexão sobre a realidade do CDCC e do seu entorno; e de ações, para o fortalecimento do CDCC através de sua sustentabilidade econômica, ecológica, espacial, cultural e política. A sustentabilidade econômica obtida pela viabilização e o gerenciamento eficiente dos recursos; a sustentabilidade espacial obtida pela obtenção de um espaço físico mais equilibrado em relação às atividades desenvolvidas; sustentabilidade cultural pela procura de suas raízes; sustentabilidade política por meio da definição dos processos de participação dos grupos locais na definição de prioridades e metas a serem alcançadas.

Neste trabalho, serão apresentados os resultados obtidos pelas ações de extensão “Nosso Ambiente”, dentro do Programa Universidade sem Fronteira da UFAM, e o projeto “Gestão Ambiental no Coroadó - Manaus-AM”, desenvolvidas de modo a contribuir para sua sustentabilidade política, econômica e cultural do Conselho de Desenvolvimento Comunitário do Coroadó - CDCC.

Metodologia

Em 2003/2004, as ações de extensão ACE “Nosso Ambiente” e o projeto de extensão “Gestão Ambiental no Coroadó - Manaus-AM” objetivando a superação dos problemas do CDCC, buscaram o aprendizado participativo, interativo, democrático e valorizador do ser humano, contribuindo para o efetivo engajamento e a participação crítica de todos os envolvidos (professores, acadêmicos e diretores do CDCC).

Tais ações foram desenvolvidas de modo a induzir a consolidação da organização comunitária, estimulando a identificação de oportunidades, demandas, necessidades e problemas comuns, bem como buscando a solução dos problemas coletivos.

Neste processo, o aprendizado, por meio da solução de problemas concretos, levou todos os envolvidos, a partir de conhecimentos acumulados pela humanidade, a resgatarem tradições e tecnologias apropriadas à realidade do Coroadó e, mais especificamente, do CDCC. Assim, a educação ambiental foi inserida através de metodologias específicas, a partir das quais foram definidos linguagem, conteúdos e métodos de trabalho, ao mesmo tempo em que a cidadania era construída de forma participativa:

- instigando todos os envolvidos a analisar e participar da resolução dos problemas da coletividade.
- estimulando uma visão global e crítica das questões trabalhadas.
- partindo de um enfoque interdisciplinar, promovendo a ligação dos saberes, sem homogeneizar o conhecimento, mantendo a diversidade na unidade e sempre levando à reflexão por meio de debates e discussões entre todos os envolvidos .
- propiciando o autoconhecimento de modo a desenvolver valores espirituais e materiais, atitudes, comportamentos e habilidades, a partir dos recursos locais e de tecnologias adaptadas.

Foram realizados estudos, levantamentos de campo, reuniões e oficinas de trabalho, envolvendo professores, acadêmicos de diferentes cursos de graduação da UFAM e diretores do CDCC, visando a: caracterização ambiental do CDCC, a partir da definição de sua missão, suas potencialidades e fragilidades; análise e conseqüente adequação da estrutura organizacional do CDCC as suas reais necessidades; e identificação e análise do estatuto do CDCC vigente e sua conseqüente adequação às reais necessidades daquela associação e às exigências do Novo Código Civil, de modo a minimizar os problemas ambientais identificados.

As oficinas, realizadas ora no LS/FT-UFAM ora no CDCC, promoveram dinâmicas de grupo com todos os envolvidos (professores, acadêmicos e diretores do CDCC), para a construção de novos hábitos e atitudes baseados em valores e princípios éticos, onde o meio ambiente do CDCC serviu de laboratório vivo, propiciando a experimentação direta e motivando o interesse de todos.

Em conjunto com as oficinas foram utilizados recursos didáticos bem como foram produzidos materiais educativos de modo a facilitar a comunicação e a fixação dos conceitos desenvolvidos. Tais materiais educativos, desenvolvidos a partir dos conceitos de meio ambiente, desenvolvimento sustentável, cidadania, democracia, gestão participativa e organização comunitária utilizaram uma linguagem simples e atraente, sem ser simplória, de tal modo que, ao mesmo tempo em que retratavam a realidade local, novos conceitos e valores eram construídos. Neste contexto, o material educativo tinha como objetivo induzir atitudes

de intervenção direta nos problemas ambientais do CDCC e não apenas a assimilação dos conceitos trabalhados, sendo concebidos apenas como mediadores da comunicação.

No desenvolvimento dessas atividades, além de um bolsista do curso de Engenharia Civil, houve o envolvimento voluntário de acadêmicos dos cursos de graduação em Desenho Industrial, Direito, Administração, Engenharia Civil e Engenharia Elétrica.

A avaliação das atividades/ações baseou-se numa metodologia diagnóstica, formativa e somativa e foi realizada no decorrer das atividades daquelas ações de extensão, não se fechando em seus objetivos, uma vez que o não previsto também foi avaliado. Tais avaliações foram realizadas de forma subjetiva, por meio dos conhecimentos e das habilidades adquiridas, bem como pela criatividade e pela capacidade de relacionamento e de solucionar problemas por todos os envolvidos; e, de forma objetiva, por meio da produção técnico-científica.

Resultados e discussão

TRIGUEIRO (2003) afirma que a expansão da consciência ambiental ocorre quando se percebe meio ambiente como algo que começa dentro de cada indivíduo, alcançando tudo que o cerca e suas relações com o universo. Portanto, trabalhar as questões ambientais significa antes de tudo trabalhar o indivíduo e a sociedade da qual ele faz parte.

Por outro lado, segundo Donaire, apud MOTA (2000), o conceito de desenvolvimento sustentável tem três vertentes principais: crescimento econômico, equidade social e equilíbrio ecológico. Caminhos diferentes, porém interligados e dependentes entre si.

Assim, o desenvolvimento sustentável implica, antes de tudo, trabalhar questões como: cidadania, definindo a participação e o papel de cada um (governo, associação e comunitários); e democracia, induzida pelo conhecimento, pois à medida que o cidadão passa a visualizar e refletir sobre a sua realidade, inicia-se o processo de identificação do indivíduo com o meio, promovendo ações que transformam não apenas o indivíduo como também o meio onde o mesmo está inserido. Nesse processo, a organização comunitária torna-se fundamental para a definição do papel de cada um, das necessidades e da área de atuação, estabelecendo metas e superando desafios. Neste contexto, em 2003/2004, professores, acadêmicos e diretores do CDCC realizaram permanentemente reflexões, de modo integrado e participativo, sobre o meio ambiente do CDCC e seus problemas ambientais, enfocando, prioritariamente sua missão, suas potencialidades x dificuldades, sua estrutura organizacional e seu estatuto; participaram de oficinas onde a atuação conjunta contribuiu para o diálogo aberto entre universidade e comunidade, articulando o saber e as práticas sociais com a ciência e a tecnologia; realizaram ações de caráter multi, inter e transdisciplinares possibilitadas pelo envolvimento de acadêmicos dos cursos de graduação em Desenho Industrial, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Direito e Administração da UFAM.

Com o objetivo de facilitar a comunicação e a fixação de conceitos foram projetados, executados, aplicados, monitorados e avaliadas a aplicação de materiais educativos a partir de uma linguagem específica e adaptada ao contexto local, sem, contudo, se dissociar de sua fundamentação teórica.

As reflexões sobre o meio ambiente do CDCC conduziram para a definição de sua missão e a identificação de suas potencialidades e fragilidades, a partir das quais foi estabelecida a estrutura organizacional mínima necessária para o cumprimento de sua missão, bem como foi identificado e avaliado o estatuto vigente, adequando-o às reais necessidades do CDCC e às exigências do Novo Código Civil.

Tais reflexões foram realizadas a partir dos conceitos de missão, planejamento e gestão participativos, cidadania, democracia e formas de organização, todos trabalhados de forma dinâmica, interativa, inter, multi e transdisciplinar. Nelas as diferenças foram vistas

como uma vantagem que permitia ver e compartilhar outros modos de pensar, de sentir e de atuar. Buscando-se sempre a unidade e não a uniformidade.

Segundo TORO e WERNECK (1997), quando as pessoas assumem que tem nas mãos o seu destino e descobrem que a construção da sociedade depende de sua vontade e de suas escolhas, aí a democracia torna-se uma realidade.

Em paralelo às reflexões, ações eram viabilizadas de modo a concretizar metas estabelecidas, entre elas, a realização da assembleia de aprovação da proposta de novo estatuto e o seu respectivo registro em cartório, bem como a realização de eleição para nova diretoria do CDCC, já dentro das regras do novo estatuto onde aspectos relacionados à sustentabilidade econômica, política e cultural do CDCC foram inseridos.

Algumas dificuldades foram encontradas, entre elas, a ausência de alguns membros da diretoria do CDCC em algumas reuniões, devido, principalmente, à multiplicidade de atividades por eles desenvolvidas; e o processo de mudança da diretoria do CDCC, que levou a quebra de algumas discussões iniciadas. No entanto, verifica-se que tal situação é própria de comunidades face sua diversidade de idéias, de objetivos, de intenções, etc.

O impacto social produzido por essas ações de extensão foi importante, contudo os moradores estão cientes de que essa intervenção não resolveu todos os seus problemas e as carências existentes, porém, indicou caminhos que precisam ser seguidos, utilizando para isso a organização comunitária, uma vez que, com o exercício da cidadania, a comunidade, na medida em que desempenha os seus deveres, passa a fazer escolhas, opinar, questionar o estabelecido e capacitar-se na luta pela efetivação dos seus direitos numa perspectiva mais ampla.

Conclusões

A partir dos resultados obtidos, conclui-se que ações dessa natureza:

- Contribuem para a melhoria das condições de vida das populações-alvo, na medida em que pessoas se dispõem a contribuir para a construção de um sonho que passa a ser de todos.

- Levam a uma nova visão da relação do homem com o seu meio ambiente e a adoção de novas posturas, pessoais e coletivas, por todos os envolvidos, na medida em que percebem que a realização do objetivo perseguido é vital para todos que participam da ação.

- Demonstram que idéias simples, aliadas à força do trabalho, podem transformar a vida de uma pessoa, de grupos de pessoas e até de uma comunidade inteira.

- Comprovam que a educação ambiental é um processo de aprendizagem permanente, que deve ir além do enfoque naturalístico, incorporando as dimensões sociais, culturais e econômicas, desenvolvendo habilidades – sensibilização, conhecimentos e procedimentos – para administrar os problemas ambientais de forma integrada e abrangente.

- Demonstram que entre o conhecimento e a ação existe uma grande distância que precisa ser compreendida, para que possa acontecer de forma sustentada.

- Induzem à consolidação da organização comunitária, na medida em que os papéis são claramente definidos.

- Possibilitam o diálogo aberto entre universidade e comunidade, promovendo a socialização do saber acadêmico por meio de linguagens apropriadas, viabilizada por meio de ações de caráter multi, inter e transdisciplinares.

- Comprovam que o importante, no trabalho junto a comunidades, é a persistência e a continuidade, além da flexibilidade para seguir o rumo estabelecido por suas reais necessidades.

São importantes para a formação dos acadêmicos, pois os inserem na realidade local, ampliam seus conhecimentos adquiridos em sala de aula e desperta, nesses alunos, maior

interesse pelo curso de graduação, uma vez que a educação ambiental não substitui e nem ultrapassa nenhum saber acadêmico, mas precisa e aplica, senão todos, a maioria deles.

Contribuem para a formação do indivíduo, do cidadão, do profissional e do profissional-cidadão, na medida em que acadêmicos de diversos cursos de graduação interagem com a sociedade, interferindo no processo ensino-aprendizagem, na medida em que os limites físicos da sala de aula tradicional são extrapolados; na pesquisa, quando se possibilita a produção de conhecimento na interface universidade/comunidade, priorizando metodologias participativas e favorecendo o diálogo, criando e recriando o conhecimento; e, na extensão por meio da intervenção concreta na realidade local, interligando o ensino e a pesquisa universitários, ao mesmo tempo em que resultados são disponibilizados para a sociedade.

Portanto, a extensão universitária é o instrumento de pertinência social que viabiliza a função das universidades públicas de servir a sociedade em atividades direcionadas à erradicação da pobreza, na medida em que cada indivíduo se sente capaz de mudar o seu destino; da intolerância, quando práticas democráticas são estimuladas; da violência, quando a equidade social é possibilitada; do analfabetismo, quando à educação informal realizada; e, da deterioração do meio ambiente, na medida em que todos se sentem donos e co-responsáveis.

Nela, vontades são convocadas para atuar na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido compartilhado (mobilização social), onde todos os envolvidos se vêem ou não como responsáveis e como capazes de provocar mudanças, e não apenas capazes de idealizá-las, conforme define TORO (1997). Portanto, a mobilização requer uma dedicação contínua e produz resultados quotidianamente, pressupondo uma convicção coletiva da importância, um sentido de público e que convém a todos, num projeto de futuro.

Neste sentido, a convivência social é estimulada a partir do aprender a não agredir o semelhante, aprender a comunicar-se, aprender a interagir, aprender a decidir em grupo, aprender a cuidar de si, aprender a cuidar do entorno e aprender a valorizar o saber social. Nela, a democracia se caracteriza como uma forma de ver o mundo, quotidianamente construída a partir da unidade de propósito e do respeito pelas diferenças, e onde o cidadão é a pessoa capaz de criar e transformar, com outros, a ordem social e a quem cabe cumprir e proteger as leis que ele mesmo criou.

Referências bibliográficas

- CHATEAUBRIAND, Annunziata; ANDRADE, Ellen Barbosa de; MELLO, Paula Pereira de; BEZERRA, Carla Reny de Oliveira. O papel da educação sanitária e ambiental na conservação de recursos hídricos da Amazônia. In: Simpósio de Recursos Hídricos da Amazônia, I. Manaus, 2003. Anais...Manaus: ABRH, 2003. CD-ROOM.
- MOTA, Suetônio. Introdução à engenharia ambiental. 2 ed. Rio de Janeiro: ABES, 2000. p.335-338.
- NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org.). Conceito de extensão, institucionalização e financiamento. In: Extensão universitária: diretrizes conceituais e políticas. Belo Horizonte: PROEXT/UFMG, o Fórum, 2000. p. 11-18.
- SORRENTINO, Marcos. EA pode combater a miséria. In: Educação Ambiental seis anos de experiência. São Paulo: WWF – Brasil, 2000. p. 51-53.
- TORO, José Bernardo; WERNECK, Nísia Maria Duarte. Mobilização Social: um modo de construir a democracia e a participação. Brasília: MMA, Secretaria de Recursos Hídricos, ABEAS, UNICEF, 1997, 104 p.
- TRIGUEIRO, André (coord). Introdução. In: Meio Ambiente do Século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento. Rio de Janeiro: Sextante, 2003. p. 13-17.